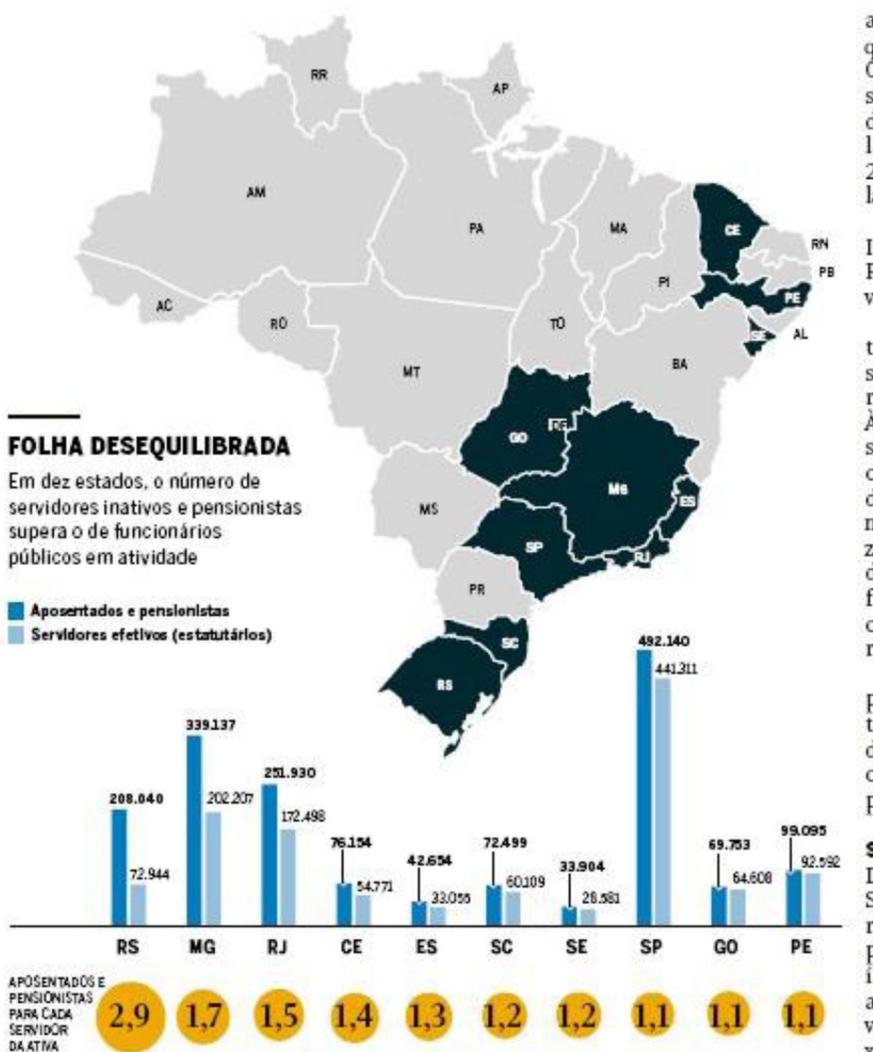


Dez estados já têm mais aposentados que servidores da ativa

Corrida por aposentadoria nos últimos anos explica quadro. Caso mais extremo é o do RS



Fonte: Governos dos estados. Dados referentes a novembro ou dezembro de 2019

Editoria de Arte

O número de estados com mais aposentados e pensionistas que servidores na ativa dobrou nos últimos dois anos e já soma dez. O Rio Grande do Sul é o caso mais extremo: há 2,9 inativos para cada funcionário público em pleno trabalho. No Rio, a relação é de 1,5. A corrida pela aposentadoria nos últimos anos explica o quadro. Os números reforçam a necessidade de

os governos estaduais aprovarem mudanças em suas previdências, alertam especialistas. Dos dez estados com mais aposentados que funcionários na ativa, quatro ainda não aprovaram reformas nos sistemas de aposentadorias.

Adeterioração das contas previdenciárias estaduais avançou em ritmo acelerado nos últimos dois anos. Entre 2017 e 2019, dobrou o número de estados com mais aposentados e pensionistas do que servidores da ativa em seus regimes próprios de Previdência. Pelo menos dez chegaram ao fim do ano passado nessa situação. Em 2017, eram apenas cinco, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

O Rio Grande do Sul é o caso mais extremo: há 2,9 aposentados e pensionistas para cada servidor da ativa. Há dois anos, Rio, Minas Gerais, Santa Catarina e Espírito Santo também já tinham mais inativos que servidores trabalhando, segundo o Ibre.

De 2018 para cá, ingressaram no grupo Goiás, Ceará, São Paulo, Pernambuco e Sergipe, de acordo com dados obtidos pelo GLOBO junto a governos estaduais. O cenário pode ser ainda pior porque a consulta limitou-se aos estados que estavam próximos a inverter a relação entre inativos e ativos em 2017.

Essa inversão entre beneficiários e segurados da ativa vem ocorrendo porque cada vez mais servidores vêm se aposentando, e os estados, diante da fragilidade de suas finanças, não repõem o quadro. Daí a necessidade do engajamento de governadores para aprovar reformas em suas previdências que permitam reequilibrar as contas públicas estaduais, alertam especialistas. A reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado não vale automaticamente para os demais entes da federação.

NECESSIDADE DE REFORMAS

Dos dez estados em que a razão de dependência entre servidores da ativa e inativos supera 1, quatro (SP, MG, RJ e SC) ainda não aprovaram reformas da previdência nas suas casas legislativas. No restante, as principais medidas tomadas no fim de 2019 ou início deste ano foram a adoção de idade mínima para a aposentadoria dos novos servidores nos moldes do que foi aprovado em Brasília e aumento da alíquota de contribuição dos segurados.

Na semana passada, foi a vez de a assembleia estadual gaúcha aprovar amplo pacote de ajuste fiscal enviado à Casa pelo governador tucano Eduardo Leite. O pacote prevê regras mais duras para aposentadorias de policiais civis e agentes penitenciários, além de mudanças na carreira de professores. No mês anterior, já haviam sido criadas novas alíquotas de contribuição previdenciária — de 7,5% a 22% — a serem cobradas de funcionários ativos e aposentados.

Gestor do instituto de previdência dos servidores goianos (GoiásPrev), Gilvan Cândido da Silva disse que o estado registrou pela primeira vez, em setembro passado, um número de aposentados e pensionistas superior ao de servidores estatutários. No fim de 2019, eram cem beneficiários para cada 92 servidores da ativa — ou 1,1 aposentado e pensionista para cada funcionário em pleno exercício de sua função.

Segundo Silva, o ritmo de aposentadorias se intensificou na última década. Em 2010, a relação era oposta: havia 1,8 servidor da ativa para cada aposentado ou pensionista.

— Em 2004, eram dois servidores para cada aposentado e pensionista e, naquela época, já era insuficiente. Para conseguir um certo equilíbrio, hoje precisaríamos ter 2,5 servidores para cada aposentado — afirmou o gestor da GoiásPrev. — Com as mudanças na Previdência (federal), servidores que já tinham condições de se aposentar ingressaram com o pedido. A média de idade do servidor que se aposenta em Goiás é de 53 anos. A reforma da Previdência aprovada pelo

Congresso em 2019 instituiu idade mínima para a aposentadoria de servidores federais — 62 anos para mulheres e 65 para homens. Para professores, a idade é de 57 para mulheres e 60 para homens; e policiais, tanto mulheres quanto homens, poderão se aposentar aos 55 anos. O estudo do Ibre, que reúne dados dos 26 estados e Distrito Federal, já mostrava a pressão por que vinham passando os regimes de previdência estaduais nos últimos anos. Enquanto, em 2005, havia 0,58 aposentado para cada servidor da ativa nas 27 unidades da federação, essa relação chegou a 0,88 em 2017. Não há dados compilados mais recentes.

Autora da pesquisa do Ibre, Vilma da Conceição Pinto acredita que o cenário vai seguir se deteriorando:

— É possível que aumente a razão de dependência sobretudo durante esse período de austeridade fiscal. À medida que os servidores se aposentam, gera-se a necessidade de repor o quadro de pessoal. Mas como muitos estados estão reduzindo essa reposição devido à necessidade de ajuste fiscal, pode ocorrer uma continuidade da piora da razão de dependência.

A pesquisadora ressalva, porém, que a trajetória também depende da condução da política fiscal por cada estado, o que torna a previsão mais complexa.

SAÚDE FINANCEIRA

Depois do Rio Grande do Sul, Minas e Rio lideram o ranking da razão de dependência com os piores índices. Em Minas, há 1,7 aposentado para cada servidor na ativa. No Rio, a taxa é de 1,5. Nos demais sete estados em que há mais aposentados e pensionistas que servidores da ativa, a razão fica entre 1,1 e 1,4.

Como a previdência é o principal componente da crise fiscal dos estados, os governos estaduais com as piores taxas de aposentados por servidores da ativa têm a pior saúde financeira. Contribui para essa situação não apenas o maior número de aposentados e pensionistas como também o fato de que os valores das aposentadorias do setor público são, em geral, maiores que a média da remuneração do servidor da ativa.

“É possível que aumente a razão de dependência sobretudo durante esse período de austeridade _ fiscal”

Vilma da Conceição,
pesquisadora do Ibre/FGV

“Hoje, precisaríamos ter 2,5 servidores por _ cada aposentado”

Gilvan Cândido da Silva , gestor do GoiásPrev

Veículo: Política Livre	
Data: 31/01/2020	Caderno: Economia



31 de janeiro de 2020 | 13:10

Estados, municípios e estatais fecham 2019 no azul

ECONOMIA

As contas de estados, municípios e estatais encerraram 2019 no azul. O saldo positivo trouxe alívio parcial para o resultado primário do setor público, que inclui o rombo do governo federal. De acordo com dados divulgados pelo BC (Banco Central) nesta sexta-feira (31), a diferença entre receitas e despesas em 2019 levou a um superávit de R\$ 15,2 bilhões nos governos regionais e de R\$ 11,8 bilhões nas empresas públicas. No governo federal, o saldo ficou negativo em R\$ 88,9 bilhões. A soma de todos os resultados levou a um déficit de R\$ 61,9 bilhões no setor público consolidado em 2019. É o menor rombo registrado em cinco anos.

Com isso, o governo cumpriu com folga a meta estabelecida para este ano, de déficit de R\$ 132 bilhões. O resultado veio dentro da previsão feita pelo Tesouro Nacional no fim do ano passado. Em dezembro, o órgão afirmou que as receitas de concessões de petróleo e a dificuldade de ministérios em gastar verbas originalmente previstas levariam o saldo consolidado do ano a um déficit entre R\$ 60 bilhões e R\$ 80 bilhões. “Desde 2014, o país vem apresentando déficits primários e, depois de um período de crescimento, o déficit vem se reduzindo nos últimos anos”, disse o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha.

Ele ressaltou que a folga no resultado deve ser analisada levando em consideração as receitas atípicas do governo. Entre os ganhos não ordinários observados, estão as arrecadações com leilões de petróleo, que, segundo o técnico do BC, “ajudam a explicar uma redução tão significativa no déficit primário”. O leilão de exploração do volume excedente da chamada cessão onerosa, realizado em novembro, somou R\$ 69,9 bilhões. Desse total, R\$ 34,4 bilhões foram pagos à Petrobras, R\$ 23,7 bilhões ficaram com a União e R\$ 11,8 bilhões, com estados e municípios.

O resultado primário não inclui as despesas com pagamento de juros da dívida. O dado nominal, que incorpora essa conta, registrou déficit de R\$ 429,2 bilhões no ano.

No ano, o gasto nominal com juros da dívida pública registrou queda, indo de R\$ 379,2 bilhões em 2018 para R\$ 367,3 bilhões em 2019. A dívida bruta do governo geral -que inclui o governo federal, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e os governos estaduais e municipais- alcançou R\$ 5,5 trilhões. O saldo em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) também caiu. O recuo da dívida bruta foi de 0,8 ponto percentual, indo a R\$ 75,8% do PIB. Entre os fatores que contribuíram para o desempenho estão o pagamento antecipado ao Tesouro Nacional de aproximadamente R\$ 100 bilhões pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a venda de reservas do BC para conter a alta do dólar (R\$ 137,7 bilhões).

Rocha ressaltou que uma trajetória sólida de redução da dívida pública depende de resultados superavitários das contas públicas, o que ainda não é observado. O dado das estatais no ano passado foi inflado por um aporte feito pelo governo e que surpreendeu inclusive técnicos do Ministério da Economia. Em 2019, a capitalização de empresas públicas somou R\$ 10,1 bilhões, sendo R\$ 7,6 bilhões repassados em dezembro à Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais) para a construção de corvetas (navios militares). Esse repasse acabou ampliando o déficit fiscal do governo federal, ao mesmo tempo em que impulsionou o superávit das estatais.

No caso de estados e municípios, Rocha explicou que o dado também foi impulsionado por um aumento dos repasses federais. “Devemos lembrar que uma parcela daqueles recursos recebidos pelo governo como resultado da cessão onerosa foi repassada aos governos regionais. Isso entra como receita primária”, disse. O resultado positivo mostra que as receitas dos governos regionais superaram as despesas. Segundo o técnico, entretanto, em momento de crise nos estados e municípios, pode ser que esse resultado seja fruto de uma contenção nos gastos desses governos, ao mesmo tempo em que os repasses federais foram ampliados.

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 02/01/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Bolsonaro anuncia projeto para mudar cobrança de ICMS sobre combustíveis

No Twitter, presidente culpou os chefes dos executivos estaduais por não baixarem preço nas bombas

Ricardo Della Coletta Fábio Fabrini

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou neste domingo (2) que vai encaminhar ao Congresso um projeto de lei para que o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) de combustíveis, recolhido pelos estados, tenha um valor fixo por litro.

A proposta foi anunciada no Twitter, em meio a críticas a uma [suposta sanha arrecadatória dos governadores](#) em sua política tributária para o setor.

O presidente culpou os chefes dos executivos estaduais pelo fato de os valores não baixarem nas bombas, apesar de medidas de alívio [tomadas pelo governo federal](#).

“Pela terceira vez consecutiva, baixamos os preços da gasolina e diesel nas refinarias, mas os preços não diminuem nos postos por quê?”, questionou.

“Porque os governadores cobram, em média, 30% de ICMS sobre o valor médio cobrado nas bombas dos postos e atualizam apenas de 15 em 15 dias, prejudicando o consumidor”, respondeu em seguida. Bolsonaro disse que, “como regra”, os governadores “não admitem perder receita, mesmo que o preço do litro nas refinarias caia para R\$ 0,50 o litro”.

Ele acrescentou que, diante do quadro, vai encaminhar o projeto de lei ao Legislativo e lutar “pela sua aprovação”.

O presidente não deu detalhes do projeto. Adiantou apenas que pretende aprovar uma nova lei complementar para que o tributo tenha “valor fixo por litro”, e não mais seja calculado sobre a “média dos postos”.

Hoje o ICMS é uma porcentagem estabelecida por cada estado.

Outras medidas vão constar da proposta, segundo o presidente, que não as detalhou. Questionado pela **Folha**, o Ministério de Minas e Energia ainda não se pronunciou.

Na maior parte dos estados, o cálculo do ICMS é baseado em um preço médio ponderado ao consumidor final, atualizado quinzenalmente pelos seus governos.

Isso significa que o valor final praticado pelos revendedores pode ser alterado sem que tenha havido mudança na política da Petrobras ou mesmo que o governo federal tenha tomado medidas de sua competência para baixar o valor.

Geralmente, os estados consideram a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para estipular o preço médio ponderado. Em alguns casos, a decisão se baseia em pesquisas próprias, a partir de notas fiscais eletrônicas de venda de combustíveis.

[Como noticiou a Folha em dezembro](#), segundo especialistas, os governos estaduais vêm garantindo arrecadação extra ao não repassar ao ICMS as variações dos preços da gasolina.

Isso porque as correções do tributo não são feitas no mesmo ritmo das oscilações de valor. A estratégia é vista pelo setor como uma manobra para enfrentar a crise financeira em detrimento do consumidor.

Para Adriano Pires, diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), a mudança defendida por Bolsonaro é positiva. Ele ressalta, no entanto, que deve haver resistência dos governadores.

"Eu acho positivo porque você vai reduzir a volatilidade no preço da bomba e vai diminuir a sonegação. Mas provavelmente ele [Bolsonaro] vai ter resistência dos estados, porque o dinheiro do ICMS do combustível é uma das principais fontes de arrecadação".

Os preços dos combustíveis são um fator importante de desgaste do governo com a população e, em especial, com os caminhoneiros, que ameaçam recorrentemente fazer paralisações por conta dos aumentos do diesel.

Bolsonaro tem atribuído aos estados a responsabilidade pela manutenção dos valores em patamares mais altos que os do passado.

Os governos locais resistem em mudar sua política de tributação e devem influenciar suas bancadas no Congresso a votarem contra propostas que gerem perda de receitas.

O governador de São Paulo, Joao Doria (PSDB), possível adversário do presidente nas eleições presidenciais de 2022, afirmou em 8 de janeiro [que "não se estuda e não se vai estudar" a redução de ICMS](#) sobre combustíveis para atenuar uma eventual alta da gasolina.

Na ocasião, as tensões entre Estados Unidos e Irã pressionavam a cotação do barril de petróleo no mercado internacional e [Bolsonaro sugeriu aos estados uma mudança na tributação](#).

"Não há a menor chance de o governo federal depositar essa conta [da alta da gasolina] nos governos estaduais. Não faz o menor sentido isso", declarou.

Veículo: Metro1	Caderno: Política
Data: 02/02/2020	



Política

Bancada evangélica quer isenção fiscal total na reforma tributária

Frente parlamentar já tem emenda para ser apresentada à proposta que deve ser votada com prioridade neste ano



Foto: Arquivo/ Agência Brasil

Por **Juliana Almirante** no dia 02 de Fevereiro de 2020 · 14:00

A bancada evangélica no Congresso Nacional quer tentar garantir a igrejas imunidade total de impostos dentro da reforma tributária.

Composta por cerca de 200 deputados e senadores, a frente parlamentar do setor já tem um texto pronto para ser incluído na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata das mudanças no modelo fiscal do Brasil, de acordo com o Estadão.

“Queremos fazer a definição da extensão da imunidade tributária, que hoje está prevista na Constituição, mas é muito vaga”, disse o presidente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso, Silas Câmara (Republicanos-AM).

Apesar de a bancada evangélica ser a autora da emenda, outras entidades religiosas, a exemplo da Igreja Católica, também poderão ser beneficiadas.

A reforma tributária é uma das pautas econômicas que serão tratadas como prioridade pelos parlamentares neste ano. No entanto, ainda não foi definida qual proposta deve ser votada primeiro. Há duas PECs, uma na Câmara e outra no Senado, que tramitam paralelamente. Uma comissão mista vai ser formada para tentar alcançar um consenso.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 02/02/2020	Caderno: Economia



GOVERNO ENVIARÁ REFORMA ADMINISTRATIVA EM ATÉ 2 SEMANAS



2 Fevereiro, 2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (30) que o governo vai enviar a proposta de reforma administrativa ao Congresso em uma ou duas semanas. Guedes destacou que confia no Congresso em relação às reformas e que o presidente Jair Bolsonaro nunca foi contra a reforma administrativa, sendo “tudo uma questão de *timing*”. Segundo a *Veja*, em relação à reforma tributária, o ministro afirmou, ao falar em evento em São Paulo, que o governo fará de tudo para que ela aconteça este ano.

Na quarta-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, havia criticado a condução da agenda econômica engendrada pelo governo. Ele afirmou que “não tem culpa” de o governo não ter enviado o projeto de reforma administrativa e voltou a defender a proposta de reforma tributária do professor Bernard Appy, de relatoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). “Estamos pedindo há muito tempo”, criticou.

O presidente Jair Bolsonaro já havia declarado no início deste ano que poderia enviar o projeto de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa ao Congresso em fevereiro. A sinalização representou uma mudança no discurso que ele vinha adotando até então. Bolsonaro chegou a afirmar que o projeto iria “*demorar um pouquinho*” para ser analisado pelo Legislativo.

A PEC da reforma administrativa muda as regras do serviço público, criando diretrizes mais próximas às da iniciativa privada. Devido a temores em relação ao impacto das mudanças na popularidade do presidente, houve pressões do núcleo político do governo para que o encaminhamento ao Congresso fosse postergado.

Foto: José Cruz/Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 31/01/2020	Caderno: Economia



CONTAS PÚBLICAS TÊM DÉFICIT PRIMÁRIO DE R\$ 61,872 BI EM 2019



31 Janeiro, 2020

O setor público consolidado, formado por União, estados, municípios e empresas estatais, registrou déficit primário de R\$ 61,872 bilhões no ano passado. Os dados foram divulgados hoje (31) pelo Banco Central.

Esse foi o sexto ano seguido de resultado negativo nas contas públicas. Mesmo assim, números de 2019 são os melhores desde 2014, quando o déficit tinha chegado a R\$ 32,536 bilhões. O resultado representa ainda grande melhora em relação a 2018, quando as contas ficaram negativas em R\$ 108,258 bilhões.

O saldo negativo de 2019 corresponde a 0,85% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. O montante difere do resultado divulgado na quarta-feira (29) pelo Tesouro Nacional, de déficit de R\$ 95,1 bilhões, porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa uma metodologia diferente, que considera a variação da dívida dos entes públicos.

No ano passado, segundo o BC, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) teve déficit primário de R\$ 88,899 bilhões. O resultado negativo foi parcialmente compensado pelo superávit de R\$ 15,196 bilhões registrado por estados e municípios e de R\$ 11,831 bilhões das empresas estatais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras. (Agência Brasil)

Foto: Reprodução/ Shutterstock

2019

Produção de petróleo e gás natural cresce 8,1%

ANA CRISTINA CAMPOS
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção brasileira de petróleo e gás natural em 2019 foi de 3,559 milhões de barris equivalentes por dia, totalizando 1,299 bilhão de barris de óleo equivalente, com aumento de 8,1% em relação a 2018, informou ontem, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo a agência, o estado do Rio de Janeiro, onde estão localizados os campos de Lula e Búzios, vem crescendo sua participação na produção nacional. No ano passado, o estado foi o maior produtor de petróleo e gás natural, representando 71% do volume total produzido no país, 5,3% maior que em 2018, com uma produção de

2,528 milhões de barris equivalentes por dia.

Ranking

Depois vem o estado de São Paulo, com participação de 11,5% na produção total: 409,77 mil barris equivalentes por dia. Segundo a ANP, o Espírito Santo foi o terceiro maior estado produtor, com uma produção de 333,68 mil barris equivalentes por dia, correspondendo a 9,4% da produção do país.

A produção total no pré-sal em 2019 foi de 2,183 milhões de barris equivalentes por dia (61,3% da produção nacional). O campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior campo produtor e registrou média diária de 1,196 milhão de barris equivalentes por dia (33% de toda a produção nacional).

Judiciário precisa cortar R\$ 1 bi para cumprir teto

Necessidade de redução na Justiça do Trabalho é mais crítica e fica acima do valor total

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

03/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ajuste no Judiciário

Limite de gastos para 2020 - em R\$ milhões

Órgão	Despesa total Executada/2019	Despesa total Limite 2020	Redução de despesa
Poder Judiciário	43.881,3	42.916,6	964,7
Supremo Tribunal Federal	693,7	644	49,7
Superior Tribunal de Justiça	1.423,1	1.515,3	
Justiça Federal	11.236,9	11.083,9	153
Justiça Militar da União	534	545,2	
Justiça Eleitoral	72.35,8	7378,5	
Justiça do Trabalho	19.896,2	18.878,5	1.017,7
Justiça do DF e dos Territórios	2667,2	2674,2	
Conselho Nacional de Justiça	194,4	197	
Defensoria Pública da União	529,3	547,8	
Ministério Público da União	6393,4	6.522,1	
Conselho Nacional do Min. Público	87,2	83,8	3,4

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Orçamento da União para 2020

O Poder Judiciário terá que reduzir suas despesas em R\$ 964,7 milhões neste ano, na comparação com 2019, para cumprir o teto de gastos. Nem todos os órgãos do Judiciário, no entanto, terão problemas. A dificuldade maior será da Justiça do Trabalho, que terá que cortar despesas em mais de R\$ 1 bilhão. O Supremo Tribunal Federal (STF) também será obrigado a diminuir os seus gastos em R\$ 49,7 milhões.

O ajuste fiscal do Judiciário neste ano é o maior teste do teto de gastos desde que ele foi instituído, em dezembro de 2016, e está sendo acompanhado atentamente pela equipe econômica.

A Emenda Constitucional 95 estabeleceu limites individualizados para as despesas primárias dos órgãos públicos. Durante três anos, a emenda estabeleceu, no entanto, que o Poder Executivo compensaria, com redução equivalente de sua própria despesa, o excesso de gastos dos outros Poderes, em relação aos limites.

A compensação não estava no texto original do governo. Ela foi criada quando a proposta do teto de gastos tramitava no Congresso. O objetivo da mudança no texto era criar uma margem para que os órgãos dos poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público da União acomodassem o aumento das despesas provocado pelos reajustes salariais concedidos aos servidores em 2016.

A ideia era que os órgãos adotariam medidas para ajudar as suas contas, durante os três anos em que houvesse a compensação feita pelo Executivo. Não há notícia de que as medidas foram adotadas. No ano passado, por exemplo o Executivo compensou os gastos do Judiciário em R\$ 2,363 bilhões, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em 2018, a compensação tinha sido de R\$ 1,748 bilhão e, em 2017, de R\$ 1,909 bilhão.

Alguns órgãos do Judiciário terão limites de despesas para este ano acima do que foi gasto em 2019, mesmo com a compensação do Executivo. Este é o caso, por exemplo, da Justiça Eleitoral. Ela gastou R\$ 7,236 bilhões no ano passado e o seu limite para este ano é de R\$ 7,378 bilhões, ou seja, poderá aumentar os gastos em R\$ 142 milhões.

Os principais problemas estão na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal. Esta última terá que reduzir suas despesas no montante de R\$ 153 milhões, na comparação com o ano passado. O gasto total da Justiça Federal em 2019 foi de R\$ 11,237 bilhões e o limite de despesas para este ano é de R\$ 11,084 bilhões. No ano passado, o Executivo precisou compensar a Justiça Federal em R\$ 514,3 milhões para que ela cumprisse a regra do teto.

A situação da Justiça do Trabalho é mais complicada. Ela teria que reduzir suas despesas em R\$ 1,017 bilhão para se enquadrar no teto de gastos neste ano. Não há informação de como isso será feito. Não está claro também se o Poder Judiciário poderá utilizar as margens existentes em alguns órgãos para compensar, por exemplo, o excesso de gastos da Justiça do Trabalho.

A Emenda Constitucional 95 determina que, no caso de descumprimento do limite individualizado, o órgão não poderá conceder, até que volte a cumprir o teto, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de seus membros e dos servidores.

Não poderá também criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa, alterar estrutura de carreira, admitir ou contratar pessoal, realizar concurso público e criar ou majorar auxílios, vantagens, abonos ou benefícios de qualquer natureza.

Veículo: O Globo	Online
Data: 03/02/2020	Coluna: Economia



Congresso volta, com prioridades ainda na fila

Na volta do recesso parlamentar, outras 29 pautas consideradas essenciais ainda terão que passar por comissões, na Câmara e no Senado. Após crise com o Planalto, mensagem presidencial será lida por Onyx

O Congresso retoma hoje os trabalhos, após o recesso, com apenas três projetos, de uma lista de 32 apontados como prioritários pelo governo, prontos para votação. Os demais ainda precisam passar por comissões. Mensagem presidencial será lida pelo ministro Onyx Lorenzoni.

Com uma lista de 32 projetos apontados como prioritários pelo Planalto —a relação foi encaminhada aos parlamentares pelo ministro da Secretaria de Governo, Luiz Carlos Ramos—o Congresso retoma seus trabalhos hoje, após o recesso, com apenas três deles prontos para votação. Os demais ainda precisam passar por comissões.

Os projetos que estão prontos para votar são, na Câmara, a regulamentação do lobby e, no Senado, um projeto sobre a exploração econômica de rochas e outro que libera empresas privadas em licitações de saneamento básico.

A mudança na lei de aneamen toé a única elencada como prioritária, no curto prazo, pelo Executivo e pelos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Há também as reformas tributária e administrativa, cuja tramitação ainda depende do envio de propostas do governo.

Entre as prioridades que ainda vão passar por comissões estão projetos como a revisão da lei de trânsito, lei de segurança de barragens, as PECs Emergencial e dos Fundos e a nova Lei de Licitações.

Na Câmara, por exemplo, há outros assuntos imediatos. Líderes discutem reverter o afastamento do deputado Wilson Santiago (PTB-PB), denunciado por corrupção. A indefinição sobre debater ou não o tema na primeira semana está atrasando a definição da pauta da Casa, segundo um interlocutor de Rodrigo Maia. O presidente da Casa deve ouvir os líderes hoje. A oposição também quer convocar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para explicar as falhas no Enem, mas ainda não definiu uma estratégia.

Desgastado no governo após a crise da semana passada, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, será o responsável por entregar ao Congresso a mensagem presidencial com as prioridades do ano. Ele vai representar o presidente Jair Bolsonaro, que estará em São Paulo. No sábado, Onyx esteve no Palácio da Alvorada para revisar o texto.

— Nós estamos reafirmando aquilo que a gente já tem como norte no governo, que é a redução do tamanho do Estado (...). Na mensagem, está que o governo continuará a fazer as reformas que o Brasil precisa.

O teor da mensagem será surpresa até mesmo para o líder do governo no Congresso, o senador Eduardo

Gomes (MDB-TO), que não conversou com Bolsonaro ou Onyx sobre o texto.

—A gente está entendendo que, como não houve nenhum tipo de aviso especial, a mensagem vai na mesma linha da do ano passado, já superada a questão da reforma da Previdência. Mas os outros desafios são da área econômica, as reformas administrativa e tributária —declarou. O plano federal de ajuda aos estados deve ser prioridade no Congresso, que retorna hoje do recesso. O objetivo é aprovar o principal projeto de lei sobre o tema até março. A expectativa é do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), relator da proposta que prevê mudanças no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Este assegura a governos regionais em crise alívio no pagamento da dívida pública.

— Tivemos uma pauta congestionada em 2019, com a reforma Previdência e uma série de questões que o Parlamento votou. Agora, acho que a questão está madura. O próprio Rodrigo (Maia, presidente da Câmara) estabeleceu o plano como prioridade do primeiro trimestre — diz Pedro Paulo.

O projeto cria o chamado Plano Mansueto, que amplia as condições para que estados obtenham empréstimos com garantia da União. O texto será aproveitado para promover mudanças no RRF.

Até hoje, só Rio se beneficiou desse regime. As alterações são consideradas condições para que Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul também entrem no programa. Os pontos mais sensíveis são o prazo de carência e a obrigação de privatizar estatais.

Hoje, o plano de recuperação prevê a suspensão do pagamento da dívida por três anos. Caso seja prorrogado por mais três anos, as parcelas voltam a ser pagas gradativamente.

RIO QUER REVISÃO

Para técnicos do Ministério da Economia, estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul devem precisar de mais tempo para ajustar suas finanças. Segundo uma fonte, é possível que seja necessário ampliar o prazo para até dez anos.

O governo gaúcho enviou projeto de recuperação fiscal para análise do ministério considerando as regras atuais, mas admite que uma alteração seria bem-vinda.

“Um formato com prazo mais longo e um maior gradualismo nos pagamentos seria uma alternativa importante para o RS, dada a gravidade do desequilíbrio fiscal”, disse a secretaria de Fazenda do estado.

O governo de Minas não retornou o contato do GLOBO.

No caso de Goiás, a preocupação é com o dispositivo que obriga a privatização de estatais. O estado quer fazer uma oferta de ações (IPO, na sigla em inglês) da Saneago, mas a operação não é considerada privatização.

A secretária de Fazenda de Goiás, Cristiane Alkmin Schmidt, afirma que ingressar no regime é urgente, mas destaca ajustes como a reforma da Previdência aprovada em dezembro:

— Independentemente de entrar ou não no RRF, estou fazendo meu dever de casa.

No Rio, a busca de revisão é para garantir a sustentabilidade do regime. Segundo o secretário de Fazenda, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, o governo não tem como voltar a pagar o serviço da dívida em setembro, como prevê o texto atual da lei.

— Temos muito claro que o prazo de três anos mais três não é suficiente, porque as dívidas são muito altas. Para cumprir esse prazo, o Rio teria que pagar praticamente R\$ 18 bilhões de serviço da dívida já em 2024, o que representaria 28% da receita corrente líquida — diz.

Ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou que as prioridades para este ano no Congresso são a aprovação do Marco Legal do Saneamento, a reforma tributária e a autonomia do Banco Central.

Tribuna

PONTO DE VISTA

(*)Inaldo da
Paixão Santos
Araújo

A nova Contabilidade Pública: a quem será que se destina?

No Brasil, o principal marco normativo regulatório vigente para a Contabilidade Pública é a Lei nº 4.320/1964.

Esse dispositivo, com status de lei complementar, estabelece normas para elaboração e controle dos orçamentos e dos balanços públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 50, determina que a escrituração das contas públicas deve, também, obedecer às normas de Contabilidade Pública. Entretanto o País ressentia-se de procedimentos contábeis específicos, pautados no consenso profissional.

Ciente dessa lacuna, a partir de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) esforçou-se para elaborar um conjunto normativo para a Contabilidade Pública pautado em parâmetros internacionais.

As ações foram desenvolvidas por grupos de trabalho compostos de especialistas da academia, dos Tribunais de Contas e do Governo que, após amplo processo participativo, idealizaram proposta

de modernização dos procedimentos da Contabilidade Pública.

A partir de 2016, no âmbito da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais, em face de acordo celebrado com a International Federation of Accountants (Ifac), o CFC passou a editar as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP) observando o modelo internacional. Até o presente momento já foram editadas 28 normas, as quais estão disponíveis em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

Registre-se que esse novo arcabouço foi incorporado aos manuais de procedimentos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), como então órgão central de Contabilidade Pública do Governo Federal.

É sabido que a tarefa de implantar novos paradigmas na área contábil demanda esforços em modernização de sistemas, capacitação de pessoal, revisão de métodos e modificação de cultura orga-

nizacional.

Nada obstante, como o processo de transformação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em busca da demonstração da adequada composição patrimonial, está em implantação, urge vencer esses desafios e valorizar a constante busca da qualidade e da transparência da informação sobre o bom uso da coisa pública.

Contudo, para atender às disposições das Normas Gerais de Direito Financeiro e da LRF, um pequeno município brasileiro precisa elaborar, anualmente, quatro dezenas de relatórios.

Esses documentos (demonstrativos financeiros, Relatório da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal) fundamentam uma prestação de contas. Nessa condição, devem ser colocados à disposição dos Tribunais de Contas e do cidadão para análise e exercício do controle social, nos termos do art. 31, §§ 1º e 3º, da Constituição Federal.

Mesmo com a obrigatoriedade de se publicarem versões simplificadas desses informes, assim como a de se adotarem normas e padrões mais simples para os pequenos municípios (ex vi arts. 48 e 67, III, da LRF), não é razoável que recursos sejam despendidos para se elaborarem relatórios que, decerto, serão de pouca compreensão para a sociedade, ou, nos dizeres do emérito contador Paulo Feijó, é cus-

toso gerar "informações que cumprem a legislação, mas que ninguém utiliza para tomada de decisão."

É necessário, pois, rever a forma de se prestar contas. Também é imperioso observar os princípios de contabilidade e as NBC T SP a fim de que se tenha melhoria na qualidade e na transparência das informações da gestão pública.

De igual modo, devem ser adotados demonstrativos e terminologias contábeis mais simples, observando-se atributos basilares da Contabilidade, tais como: comparabilidade, utilidade, uniformidade verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. E, ousado acrescentar: simplicidade.

Fato é que, além de cumprir determinação da LRF, um Estado mais transparente é menos susceptível à corrupção, atrai mais investimentos e aumenta a arrecadação. Por conseguinte, torna-se eficiente e contribui para o desenvolvimento social.

Portanto espera-se que o prestar contas, com objetividade, contribua para uma maior participação da sociedade civil na gestão pública e para que a pergunta que intitula este artigo possa, enfim, ser respondida.

*Mestre em Contabilidade. Conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Professor. Escritor. inaldo_paixao@hotmail.com

Agentes de investimento podem aderir ao Simples

A Receita Federal veda a adesão, mas há decisões favoráveis recentes em São Paulo e no Rio

Por **Adriana Aguiar** — São Paulo

02/02/2020 17h46 · Atualizado há 17 horas

Agentes autônomos de investimento, que atuam em parceria com corretoras de valores, têm conseguido na Justiça o direito de aderir ao Simples, ainda que o programa não autorize expressamente a participação da categoria. Há decisões recentes da Justiça Federal de São Paulo e do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro.

Os agentes são remunerados por comissão das corretoras, proporcional ao capital investido pelos clientes. É usual trabalharem em sociedades uniprofissionais que, apesar de serem de pequeno porte, são proibidas pela Receita Federal de entrar no Simples — cuja tributação começa em 6% e chega a 33%, a depender do faturamento.

A tributação das sociedades ocorre normalmente por meio do lucro presumido e a alíquota é de 16,33%. “Esses empreendedores enfrentam uma carga tributária elevada, que dificulta o início de seus negócios”, avalia o advogado Ricardo Treu, do escritório Gameleira, Pelagio, Fabião e Bassani Sociedade de Advogados, que assessora alguns agentes em ações judiciais que correm no Rio.

A Receita Federal veda a adesão dos profissionais por entender que se trata de atividade similar a de entidades financeiras como bancos, corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários. A proibição está no artigo 3º, parágrafo 4º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na Instrução Normativa nº 497, de 2011, definiu, porém, que a atividade dos agentes não se assemelha à desenvolvida por entidades do sistema financeiro. “Diferentemente das corretoras, que são instituições financeiras que têm como atividade a intermediação de operações em Bolsa de Valores, os agentes atuam como intermediários entre os investidores e as corretoras, captando clientes e esclarecendo dúvidas sobre aplicações financeiras”, afirma Treu.

O advogado acrescenta que as atividades dos agentes não são fiscalizadas pelo Banco Central, mas pela CVM, enquanto as corretoras estão sujeitas à regulamentação e fiscalização do Banco Central. Ele defende nas ações que a atividade é similar a de corretor de seguros ou de imóveis, enquadrados no Anexo III previsto pelo artigo 18 da Lei Complementar nº 123.

Em decisão recente, a 3ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região julgou que os agentes autônomos podem ser incluídos no Simples, no anexo III, que prevê alíquota de 6% de impostos para empresas com faturamento de até R\$ 180 mil ao ano e de até de 33% para empresas com faturamento na faixa de R\$ 3,6 milhões.

Para o relator do caso, desembargador federal Marcus Abraham, a administração pública só pode fazer aquilo que é permitido em lei. Ele acrescenta que o rol de atividades proibidas de aderir ao Simples é taxativo “de forma que não há margem discricionária para o Fisco estender a restrição legal”.

O magistrado ressalta ainda que “o agente autônomo atua na captação de clientes para as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e não exerce atividades das instituições” (processo nº

A 3ª Turma do TRF da 2ª Região também proferiu decisão semelhante em outro processo. No caso, a primeira instância concedeu a inclusão do agente no Simples, mas determinou que a adesão fosse pelo Anexo IV, que prevê tributação de 18% — o que seria maior do que o valor pago pelo lucro presumido, de 16,33%. Ao analisar o pedido, o relator, desembargador Theophilo Antonio Miguel Filho, entendeu que é pacífico no tribunal a inclusão dos agentes autônomos no anexo III (processo nº 504409-04.2018.4.02.5101).

A Associação Brasileira dos Agentes Autônomos de Investimento também conseguiu decisão favorável à inclusão desses profissionais no Simples. A decisão, de 2017, é da juíza federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, da 12ª Vara Cível Federal de São Paulo (processo nº 0012469-67.2015.4.03.6100).

De acordo com ela, não há qualquer menção na Lei Complementar nº 123 que vede os agentes autônomos no Simples e que o rol de proibição é taxativo. Nesse caso, contudo, a permissão judicial apenas trata da adesão ao Simples, sem especificação de anexo, o que tem gerado a interpretação por parte da Receita de inclusão desses agentes no Anexo V, no qual a tributação pode variar de 15,5% a 30,5%, o que não compensaria a adesão ao Simples.

Por este motivo, o advogado da associação no processo, Adriano Gonzales Silvério, do ASBZ, decidiu recorrer ao TRF de São Paulo. Os agentes autônomos, explica, teriam que ser incluídos no Anexo III, juntamente com corretores de seguros e imóveis. “Só assim os menores conseguiriam uma tributação diferenciada, que o Simples promete”, afirma.

Diante do potencial de crescimento do número de agentes autônomos no Brasil, o volume de demandas similares deve aumentar, como avalia o advogado Pedro Moreira, do CM Advogados. Para ele, seria recomendável que fosse definido o quanto antes e de forma expressa a possibilidade do agente em aderir ao Simples Nacional.

O Fisco, segundo ele, não pode interpretar extensivamente uma norma que restringe direitos do contribuinte, o que incorre em ilegalidade. A discussão, afirma, só será pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que ainda não enfrentou o tema.

O advogado Luis Augusto Gomes, do escritório Viseu Advogados, ressalta que as decisões têm como principal entendimento que não há vedação expressa na lei complementar para os agentes autônomos. Ele defende que deveriam ser incluídos no regime de tributação simplificado, como os corretores de seguros ou de imóveis, em respeito ao princípio da isonomia.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sua artrose poder ser combatida, fazendo isso todos os dias.

VMD3

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Últimas ofertas! Voos a partir de R\$ 89 desde Bahia

WWW.JETCOST.COM.BR

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Netshoes que as pessoas não sabem

LINK PATROCINADO

Relógios femininos com até 50% de desconto! Compre já
ECLOCK

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Presidente da Oi renuncia, JBS e BRF acusadas de Cartel e Positivo capta R\$ 353,7 milhões em oferta

VALOR INVESTE

Permanência de Onyx na Casa Civil está em xeque, dizem aliados

VALOR INVESTE

Mattar rebate críticas de Arida e Arminio à lentidão das privatizações e ao 'liberalismo' do governo

VALOR INVESTE

Metade dos brasileiros tiveram 'nome sujo' em algum momento nos últimos 12 meses

VALOR INVESTE

Mercado de ações na China pode cair até 15% com coronavírus, diz Julius Baer

"Se foi ilegal, a gente vê lá na frente", diz Bolsonaro sobre denúncia contra chefe da Secom

Mais do Valor Econômico



Rússia pode deportar estrangeiros que estejam com coronavírus, anuncia premiê

O governo russo também vai restringir temporariamente a entrada de estrangeiros que chegam da China

03/02/2020 11:19 — Em Mundo



Indicador da indústria no Brasil sobe em janeiro, aponta IHS Markit

Índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) subiu de 50,2 em dezembro para 51; leituras acima de 50 sinalizam expansão da atividade

03/02/2020 11:11 — Em Brasil



Devemos ter orgulho do Judiciário brasileiro por ser um dos mais produtivos, diz Toffoli

O presidente do STF afirmou que a Justiça no Brasil tem cumprido um “papel-chave no equilíbrio da República”

03/02/2020 11:10 — Em Política



Principal grupo de credores aceita oferta melhorada de Buenos Aires

Proposta apresentada pelo governador é pagar 30% do bônus que venceu no dia 26 de janeiro e deixar o restante para 1º de maio; ideia exige adesão de 75% dos credores

03/02/2020 11:02 — Em Mundo



Bolsonaro: Educação de governadores do Nordeste forma militantes e desinforma

O presidente participou do lançamento da pedra fundamental do colégio militar em São Paulo

03/02/2020 10:55 — Em Política



Ibovespa opera em leve baixa diante dos riscos do coronavírus

Comportamento do índice descola das bolsas europeias, que hoje operam em alta em ajuste após perdas da semana passada

03/02/2020 10:50 — Em Finanças

VEJA MAIS

Elevar alíquota do Reintegra é meta da indústria para 2020

Grupo que reúne mais de dez associações industriais defende elevar alíquota do programa que devolve parte das receitas com exportações às empresas

Por Ana Conceição e Ivo Ribeiro — De São Paulo

03/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Marco Polo de Mello Lopes, do Instituto Aço Brasil: "Indústria tem uma necessidade monstruosa de exportar" — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Com um panorama pouco otimista para as vendas externas e uma economia doméstica que ainda não engatou uma retomada mais consistente, a indústria de transformação elegeu o aumento da alíquota do Reintegra, hoje em 0,1%, como

Num cenário de guerra comercial que diminuiu o comércio global, as vendas brasileiras de manufaturados caíram 11%, para US\$ 77,5 bilhões em 2019. Criado em 2011, o Reintegra já foi mais generoso. Em 2014, devolvia 3% da receita de exportação. Em 2018, o incentivo foi reduzido a quase zero como parte da política do então governo Michel Temer de diminuir os incentivos tributários.

“A indústria tem uma necessidade monstruosa de exportar”, afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, apontando a grande ociosidade da indústria nacional, em torno de 30% a 35%. No setor siderúrgico, chega a 36%, com o desempenho fraco do ano passado.

Embora espere um ano melhor que 2019 nas exportações, Lopes estima que o desempenho das vendas externas deve seguir aquém do desejado. No caso do setor siderúrgico, após queda de 8,1% nas exportações, o Instituto Aço Brasil prevê aumento de apenas 1% neste ano.

O crescimento das vendas internas e do consumo aparente previsto para este ano, na faixa de 5%, pouco vão contribuir para elevar a utilização da capacidade das fábricas, no caso do aço. “A exportação, para nós, é fundamental, enquanto a economia brasileira não deslancha”, diz. Um grande vetor de consumo de aço é a construção civil imobiliária, que, por ora, só reagiu bem no Sudeste. Obras de infraestrutura são poucas e a indústria automotiva sofre com o baque da Argentina, um grande parceiro.

A questão foi levada ao ministro da Economia, Paulo Guedes, pela Coalizão Indústria, grupo informal que reúne mais de dez associações setoriais. “O ministro entende e concorda [com o aumento da alíquota]”, afirma Lopes. A pedido do ministro, o grupo conversou na quarta-feira com o secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto, que se comprometeu a identificar o resíduo tributário que incide sobre a exportação de produtos manufaturados. Resíduos são os tributos não compensados ao longo da cadeia de produção.

Além do Aço Brasil, três entidades setoriais que integram a Coalizão Indústria estiveram com Tostes, reforçando a necessidade dessa medida para garantir maior utilização do parque fabril no setor de transformação, informou Lopes. “No nosso caso, com aumento de 20% no volume de exportação, mais aumento da venda interna este ano, passamos de 64% para 72%.” O nível ideal para a siderurgia é de 80% para cima.

Estudos feitos pela indústria mostram que uma alíquota de 5% no Reintegra teria efeito fiscal neutro já que o aumento das vendas externas geraria mais arrecadação e empregos, compensando os gastos do programa. A elevação da alíquota do Reintegra é uma reivindicação antiga da indústria e um pedido neste sentido já foi feito no ano passado ao ministro da Economia.

O presidente do Instituto Aço Brasil argumenta que, feita uma reforma tributária que acabe com a cumulatividade dos impostos, o Reintegra torna-se desnecessário. Ele espera a aprovação da reforma neste ano, com uma convergência de propostas entre os projetos que estão no Congresso, que com diferenças pontuais sugerem a criação de um Imposto sobre

Para Lopes, a interlocução do setor industrial com a equipe econômica tem fluído bem. A Coalizão Indústria, ampliada e consolidada no fim de 2018, às vésperas do segundo turno da eleição presidencial, tem se reunido periodicamente com Guedes e outros membros do governo. Formado inicialmente por cerca de cinco entidades, hoje o grupo conta com 14.

O presidente do Aço Brasil diz que não há confronto com entidades patronais como Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Não há conflito”, diz. Os embates públicos recentes de líderes do setor em torno da Fiesp, afirma, “não têm nada a ver com a coalizão”.

Em 2018, o primeiro movimento do grupo foi reunir-se com o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro e seu futuro ministro da Economia. “Fomos conversar sobre temas que nos preocupavam, como a incorporação do Mdic [que cuidava do comércio exterior] ao Ministério da Economia, a atuação do BNDES, o lento crescimento da economia e a abertura comercial.”

A aproximação, admite o dirigente, tem dado resultado. “Guedes tranquilizou a indústria dizendo que haveria interlocução e está cumprindo o que prometeu”. O diálogo contribuiu, por exemplo, para que não houvesse uma abertura comercial “apressada”, afirma.

Segundo Lopes, a coalizão não tem pretensão de representar toda a indústria, mas trabalha em temas gerais que interessam ao setor, como redução do custo Brasil e defesa comercial. “São entidades que abriram mão de demandas específicas para trabalhar em propostas para a indústria como um todo”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Kit de couro por apenas R\$149,90!
CALÇADOS GB

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

Homem transforma ônibus em casa dos sonhos; dê uma olhada por dentro
MYDAILYMAGAZINE

LINK PATROCINADO

Homens acima de 35 anos estão comprando este tênis casual
ZENITTI

LINK PATROCINADO

Salvador O preço das cadeiras elevatórias pode te surpreender
ELEVADOR DE ESCADA | LINKS PATROCINADOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Presidente da Oi renuncia, JBS e BRF acusadas de Cartel e Positivo capta R\$ 353,7 milhões em oferta

VALOR INVESTE

Permanência de Onyx na Casa Civil está em xeque, dizem aliados

Empresa brasileira capta US\$ 7 bi no exterior em janeiro

Investidores absorvem papéis novos, e companhias aumentam tamanho de operações

Por Ana Paula Ragazzi — De São Paulo

03/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



Se o estrangeiro não demonstra tanto interesse pelas ações das empresas brasileiras, o apetite desse investidor pelos títulos de dívida de companhias domésticas mostrou força total em janeiro. No mês passado, nove empresas venderam papéis no mercado externo e levantaram US\$ 7,150 bilhões. O volume foi semelhante ao captado em janeiro de 2018 - janeiro de 2019 havia sido muito fraco, com apenas uma operação, por conta das incertezas do início do governo de Jair Bolsonaro.

“Houve muita liquidez e demanda pelos papéis, mesmo com os sustos da tensão entre Irã e Estados Unidos no início do ano; e, agora, do coronavírus”, afirma Guilherme Silveira, diretor de renda fixa do Santander. O executivo destaca que, apesar dos dias difíceis nas bolsas na semana passada, a precificação de emissões de dívida não foi afetada pelas notícias vindas da China.

“Acredito que o reflexo é maior e imediato para as ações porque o vírus pode afetar as perspectivas de crescimento econômico. Mas o investidor de dívida está olhando para fundamentos. São pontos de vistas diferentes nos dois mercados”, afirma Silveira. No caso do Brasil, ele avalia que pesa a favor o andamento das reformas e a lição de casa feita pelas companhias, que se desalavancaram e baixaram custos da dívida nos últimos anos.

“As empresas encontraram demanda de qualidade, a taxas muito atrativas, o que fez com que elas aumentassem as operações”, afirma Philip Searson, responsável pela área de renda fixa do Bradesco BBI. Foram vários exemplos como esse, em que empresas abriram as operações para recomprar outras emissões e, diante da demanda, captaram recursos a mais, para o caixa e que podem fomentar novos projetos.

A Rede D’Or, a primeira a ir a mercado no ano, no dia 14, pretendia levantar entre US\$ 500 milhões e US\$ 650 milhões e acabou fechando a oferta em US\$ 850 milhões. A Globo captou US\$ 500 milhões, em vez dos US\$ 300 milhões inicialmente pretendidos. E a CSN aumentou a operação em US\$ 250 milhões, para US\$ 1 bilhão.

Searson avalia que o fluxo de investidores, de qualidade e bastante pulverizado, vindo de Estados Unidos e Europa, mostrou o interesse nas empresas e também no Brasil. Lucianna Lorenzo, responsável pela área de dívida de mercado de capitais local e internacional do J.P. Morgan no Brasil, destaca que a maioria das companhias que emitiu neste começo de ano foi de empresas com receitas em reais - as exceções foram a Klabin e a CSN. As companhias conhecidas como emissoras frequentes, como Petrobras ou grandes exportadoras, não acessaram o mercado ainda.

Felipe Wilberg, diretor de renda fixa e produtos estruturados do Itaú BBA, lembra que o mercado de dívida vem de um ajuste ano passado, quando captar via dívida internamente esteve por um momento em condições muito mais favoráveis do que emitir no mercado externo - mesmo para empresas com receitas dolarizadas.

A forte demanda dos investidores locais por debêntures no primeiro semestre de 2019 diminuiu os custos de captação das empresas, e o mercado doméstico serviu de concorrência ao externo. A situação foi alimentada por fundos que acabaram investindo nesses papéis e dando liquidez quase que imediata aos cotistas. Depois que as taxas ficaram muito reduzidas em termos de retorno, uma onda de saques levou a uma correção técnica de preços nesse mercado no fim do ano passado.

“Depois disso, a diferença de condições entre os dois mercados se reduziu. E a questão agora é que o mercado interno diminuiu um pouco de tamanho”, afirma Wilberg. Ele exemplifica que se uma empresa quiser levantar R\$ 5 bilhões no mercado doméstico, vai levar alguns meses e acessar várias modalidades, como uma debênture e um empréstimo bancário. Se for para fora, consegue captar em semanas o mesmo volume com uma única operação. No mercado global, há mais profundidade, em termos de prazos e volumes.

Com o mercado doméstico mais parado, as condições favoráveis do mercado externo acabaram se sobressaindo, amparadas pelo nível atual do CDS Brasil, próximo de quando o país tinha grau de investimento; e dos Treasuries, que vêm chamado cada vez mais a atenção das companhias brasileiras, em termos de custo. O quadro abre espaço para que as empresas coloquem novos papéis, também para financiar projetos e investir.

Eduardo Freitas, responsável por emissões de dívidas no Citi Brasil, lembra que, no ano passado, basicamente as empresas captaram para recomprar papéis e rolar dívidas. E, com isso, faltou volume de títulos novos no mercado. Como os fundos dedicados a países emergentes estão buscando novas alocações, a demanda pelos papéis foi muito aquecida. “Essas emissões que foram ampliadas, mais as colocações dos bancos, que voltaram ao mercado, representaram o papel novo de Brasil que os investidores dedicados a emergentes tanto queriam”, diz.

Os especialistas destacaram que as operações tiveram demandas de oito, nove ou dez vezes, o que não é comum na renda fixa.

Lucianna, do J. P Morgan, destacou que, em janeiro, o mercado externo para as empresas da América Latina foi o mais ativo dos últimos anos. Até o dia 30, foram 34 operações de empresas latino-americanas, que somaram US\$ 36,5 bilhões, superando o recorde anterior, de US\$ 30,7 bilhões de janeiro de 2018. As empresas brasileiras representaram 20% do total. A maior parte do volume ficou com Chile e México, que movimentaram mais de US\$ 10 bilhões cada. A diferença é que os dois países fizeram emissões soberanas. Além disso, no México, houve uma operação grande, de US\$ 5 bilhões, da Pemex. E o mercado chileno ficou fechado em 2019 por conta dos problemas locais. Na avaliação de Lucianna, ainda há muita demanda de investidores para mais papéis de empresas brasileiras. “Apesar dos sobressaltos dos mercados na última semana, os títulos têm performado bem no secundário.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula ajuda mulher a restaurar casamento
BLEND BERRY

LINK PATROCINADO

Kit de couro por apenas R\$149,90!
CALÇADOS GB

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Homem transforma ônibus em casa dos sonhos; dê uma olhada por dentro
MYDAILYMAGAZINE

LINK PATROCINADO

Salvador O preço das cadeiras elevatórias pode te surpreender
ELEVADOR DE ESCADA | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Presidente da Oi renuncia, JBS e BRF acusadas de Cartel e Positivo capta R\$ 353,7 milhões em oferta